

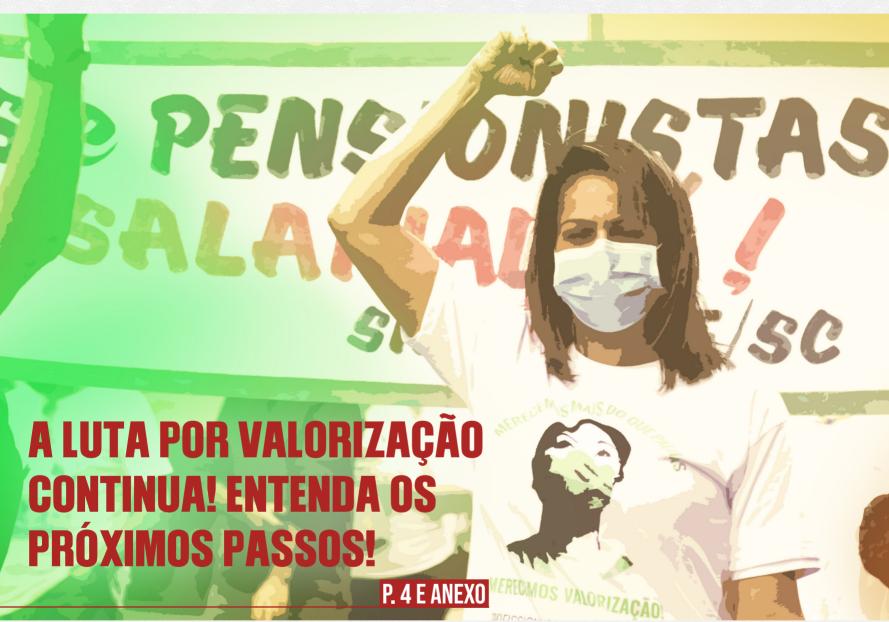
JORNAL DO SINDSAUDE/SC



sindsaudesc.com.br

fb/sindsaudesc

@sindsaudesc





ASSESSORIA JURÍDICA



P. 4 E ANEXO

ATAOUE NÃO PODE PARAR!



PRETENDE FAZER A ALTERAÇÃO **FUNCIONAL DOS SERVIDORES**

P. 2



Ninguém mais nega que o Brasil vive uma profunda crise. Antes mesmo da pandemia bater à porta, já enfrentávamos um período difícil na nossa economia e um constante ataque a direitos sociais considerados plenos no país. Dentre esses direitos se incluem condições dignas de trabalho, alimentação, segurança, educação e, claro, saúde.

Nesse sentido, em meio a tantas pautas e reivindicações, coube a nós, profissionais da saúde, a difícil luta por esse direito fundamental. Quando a pandemia chega ao nosso país, porém, percebemos mais uma vez o quanto nosso trabalho é desvalorizado e cada vez mais precário.

Nos últimos meses temos sentido na pele o desinteresse do Governo Moisés em negociar com a categoria dos servidores públicos, apesar da propaganda enganosa de que estamos sendo vistos e aplaudidos pelo nosso trabalho. Na saúde privada, nas próximas semanas, se inicia a campanha salarial, e as alegação das empresas já se sabe que estarão nesse mesmo caminho. Lutamos pela vida e, consequentemente, contra a política de mortes dos governos que hoje se apoiam em uma falsa valorização.

Trata-se da diferença entre o reconhecimento e a valorização real. Temos tentado, por meio de nossas mobilizações, paralisações e atos, ter respostas plenas e justas, que resultem em valorização salarial e melhores condições de trabalho. Mas para alcançar o objetivo, é necessário permanecermos unidos, participantes e com desejo por uma mudança real.

É hora de mostrarmos a nossa força. Somos muitos e somos essenciais.

ATENÇÃO! GOLPE!

O SindSaúde/SC tem recebido denúncias de um golpe em que um número falso de Whatsapp tenta se passar pela assessoria jurídica do sindicato. Nas mensagens, afirma-se que há um valor a ser liberado referente a uma ação, mas a liberação dos valores é feita mediante um valor que deve ser pago de despesas de cartório.

O valor remetido, porém, não tem qualquer relação com o escritório que faz a assessoria jurídica do sindicato. Trata-se de estelionato. A assessoria jurídica nunca exige valores como condição de liberação de crédito aos servidores.

SEMPRE CERTIFIQUE-SE COM O SINDICATO SE ESSE TIPO DE COMUNICADO É REALMENTE DA ASSESSORIA JURÍDICA!

O SindSaúde/SC recomenda que todas e todos que receberem tentativas desse tipo de golpe, que registrem Boletim de Ocorrência.

Os criminosos não têm agido somente contra a categoria da saúde. Outros sindicatos do estado já relataram situações semelhantes. Os criminosos chegam a enviar um documento com uma falsa sentença judicial.

Fique atenta/o! Se precisar de ajuda ou estiver desconfiada/o, acione o sindicato!

diente

Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Seviços de Saúde Público Estadual e Privado de Florianópolis e Região

Diretoria SindSaúde/SC - Gestão Resistir: lutamos pela vida e pelo SUS -2020/2023 Edição e diagramação: Gabriel Volinger Impressão: Gráfica MG 4.000 cópias www.sindsaudesc.com.br facebook.com/sindsaudesc instagram.com/sindsaudesc

Florianópolis Rua Frei Evaristo, 77 - Centro, CEP: 88015-410 Telefone: (48) 3222 4552 imprensa@sindsaudesc.com.br

Subsedes

Joinville Rua Castro Alves, 673 - Saguaçu, CEP: 89221-100 Telefone: (47) 3025 6444

Lages Rua Sebastião Furtado, 35 - Centro CEP: 88501 -140 Telefone: (49) 3018 3501 Quer participar do grupo de Whatsapp da sua unidade e ficar por dentro das principais notícias?

Adicione o número do SindSaúde/SC e mande sua mensagem!

RELATÓRIO DA REFORMA ADMINISTRATIVA É APRESENTADO E MANTÉM AMEAÇA À ESTABILIDADE DOS ATUAIS SERVIDORES

Neste mês de setembro. a PEC 32 da Reforma Administrativa por proposta Bolsonaro seu Ministro Paulo Guedes. completa um ano de tramitação na Câmara dos Deputados. Após passar pela CCJ, parecerfoiapresentado na Comissão Especial e pode ir a votação ainda esse mês em Plenário.



O parecer apresentado pelo deputado Arthur Maia (DEM-BA), relator na Comissão Especial, mantém a essência do projeto: atacar a estabilidade e direitos assegurados do funcionalismo público e, ao mesmo tempo, facilitar processos de privatização dos serviços criando mecanismos de convênios com entes privados.

Grande parte do parecer se dedica aos pontos sobre a contratação de servidores temporários, ampliando para contratos que podem chegar a até 10 anos. Isso tem impacto direto na abertura de concurso público. Outro ponto bastante alarmante é a possibilidade de criação de contratos temporários, sem sequer passar por processo seletivo, no caso de paralisação de atividades essenciais. A medida

afeta diretamente o direito de greve do funcionalismo público.

Outro ponto chave do parecer apresentado é criação de novos mecanismos que possibilitam demissão dos servidores estáveis. Uma nova "avaliação de desempenho" servidores dos

passa a ser obrigatória, e aqueles que tenham desempenho julgado insuficiente podem ser demitidos. Além disso, a proposta trata de demissão por extinção do cargo, ou seja, quando o cargo é definido como "desnecessário ou obsoleto", o servidor que supostamente era estável, pode ser demitido.

O parecer revela que o ponto central da reforma, ampliação dos contratos precários, acordos de cooperação com entes privados e ataque aos direitos dos servidores, segue mantido. A posição de cada deputado federal irá revelar os que defendem o serviço público e a soberania nacional e quais podem se beneficiar com as brechas para corrupção na PEC 32.

NOVA REFORMA TRABALHISTA É DERRUBADA NO SENADO

Nos últimos tempos, não são muitas as conquistas comemoradas serem pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores brasileiros. Porém, em sessão plenária no dia 1 de setembro, o senado derrubou um ataque que o Governo Federal tem tentado enfiar goela abaixo ao povo brasileiro. Trata-se da MP 1045, chamada de "nova reforma trabalhista".

Dentre os absurdos incluídos no projeto estava uma modalidade de contratação que não incluía salário formal, assinatura de carteira, além de verbas trabalhistas e previdenciárias, por exemplo. A medida permitia que todas as empresas tivessem 15% do seu quadro de funcionários nessa modalidade.

MP Foram 47 votos contrários à nova proposta, 27 favoráveis e uma abstenção. A derrubada do projeto no senado representa uma relação aos últimos projetos

do governo Bolsonaro que visavam a precarização do trabalho. Nos próximos dias, a Câmara dos Deputados vota a PEC 32, que traz uma série de ataques contra o serviço e o servidor público. Esperase que os deputados e as deputadas tenham a mesma consciência em relação a este ataque.

Ficaremos atentos e mobilizados pela garantia dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores.

GOVERNO APRESENTA À ALESC PROJETO DE ALTERAÇÃO FUNCIONAL

Entenda o projeto apresentado pelo Governo do Estado que pretende alterar situação funcional dos servidores da saúde

A SES, por intermédio do Governo do Estado, apresentou no início de setembro um projeto de lei à Alesc que trata da concessão de HP nas unidades administrativas e altera a situação funcional das servidoras e dos servidores da saúde. O projeto foi entregue na Alesc no mesmo momento em que a categoria realizou um ato por valorização em frente ao prédio da SES em Florianópolis.

Em entrevistas e nas redes sociais, o secretário da saúde, André Motta Ribeiro, divulgou a notícia dizendo ser uma tentativa de valorização dos profissionais, mas o texto nada mais faz do que reparar erros passados do governo.

A principal mudança tratada no texto do projeto é a extinção do Cargo Único da Saúde, criado em 2006 no Plano de Carreira. Na época, os servidores e servidoras da saúde foram colocados no cargo de "Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde", mesmo tendo funções diferentes. O projeto pretende que os servidores e servidoras da saúde passem a ser denominados pelo cargo que ocupam de fato, como agentes de serviços gerais, técnico em enfermagem, auxiliar de enfermagem, enfermeiro, técnico em atividades administrativas, etc.

O texto deixa explícito, porém, no art. 5º, que a alteração da nomenclatura do cargo não trará nenhuma alteração na folha de pagamento ou nos valores pagos aos servidores. A mudança apenas evitaria possíveis problemas relacionados às aposentadorias, por exemplo.

Outra reparação importante no projeto é uma alteração no artigo 19 do Plano de Carreira da Saúde, que trata da Hora Plantão. Atualmente, a lei prevê que servidores de unidades assistenciais e hospitalares podem realizar HP, deixando servidores de unidades administrativas na insegurança. O texto do projeto pretende incluir a possibilidade de realização de HP também aos que atuam nas unidades administrativas, evitando questionamentos de gestores e da previdência.

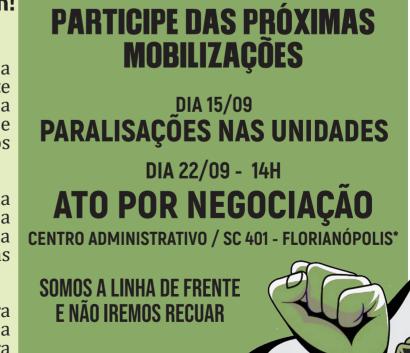
Logo, o que tem sido vendido pela Secretaria como uma proposta de valorização não passa de uma correção de erros básicos cometidos pelo próprio governo. É preciso que essas correções sejam feitas, mas além disso, é necessário que o Governo apresente proposta que beneficie todos os profissionais da saúde. Isso só irá ser possível por meio de uma negociação justa, que seja capaz de ouvir as demandas de nossa categoria. Continuaremos lutando por isso.

LUTA POR VALORIZAÇÃO NÃO PODE PARAR! ENTENDA OS PRÓXIMOS PASSOS

A categoria da saúde fez bonito no último dia 1 de setembro. O ato, que terminou em frente ao prédio da SES, mostrou a força da categoria e a vontade por construir uma negociação que faça justiça ao trabalho desempenhado pelos profissionais durante a pandemia.

Agora, é hora de multiplicar. Faremos ainda mais pressão pela valorização e iremos a fundo, diretamente ao governador, exigir uma abertura de negociação que contemple nossas pautas!

No anexo deste mesmo jornal você encontra todas as nossas reividicações. Sabemos da viabilidade de cada uma das pautas. É hora de mostrar que somos muitos e que se não houver negociação, a saúde irá parar!



CONFIRA A DISPONIBILIDADE DE

ÔNIBUS EM SUA UNIDADE